

Designação da Ação: Para o desenvolvimento de uma escola inclusiva

Modalidade: Curso de formação

Duração: 25 horas presenciais

Destinatários: Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Especial

Área de formação: Prática pedagógica e didáctica na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula

Razões justificativas da ação:

Este curso decorre da alteração legislativa, desencadeada no presente ano, e que procura dar corpo à noção de “Escola inclusiva de 2ª geração”. O desafio que se coloca às escolas é responder aos alunos com necessidades educativas específicas, o que no âmbito de uma escola inclusiva, exige que sejam encontradas respostas para que cada um aprenda independentemente da sua situação pessoal e social, assegurando a todos a aquisição de um nível de competências que permita a plena integração social. Neste sentido, os conteúdos desta formação foram delineados tendo em conta:

Existência de um novo enquadramento legal para a educação inclusiva;

Recomendação n.º 1/2014, de 23 de junho emitida pelo CNE, no que se refere à realização de ações de formação contínua dirigida a docentes em geral e de educação especial em particular, que visem o desenvolvimento de estratégias e instrumentos de promoção das aprendizagens junto dos alunos com necessidades educativas especiais;

Necessidade de atualização e aprofundamento de conhecimentos por parte dos docentes na área da educação.

Objetivos:

Capacitar docentes para a formação e sua replicação sobre a implementação do novo enquadramento legal da educação inclusiva.

Conteúdos:

Enquadramento concetual da educação inclusiva (2h) Os Direitos - famílias e crianças (2h) Desenho universal para a aprendizagem (3h) O trabalho em equipa multidisciplinar (2h) Enquadramento legal da educação inclusiva (16h) Conceitos, princípios-chave e definições operacionais Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão Determinação da necessidade de suportes à aprendizagem e à inclusão Avaliação de competências e conhecimentos, progressão e certificação.

Metodologia:

- Apresentação do enquadramento legal da educação inclusiva;
- Análise e discussão de conceitos;
- Análise de documentos legislativos e enquadramentos da intervenção;
- Reflexão sobre conceitos e práticas.

Regime de avaliação dos formandos:

Avaliação com base na:

- Participação nas sessões – dinâmica e qualidade das intervenções.
- Apresentação de um trabalho elaborado individualmente.

Serão utilizados os parâmetros de avaliação estabelecidos (tabela de 1 a 10 valores) e respeitados todos os dispositivos legais da avaliação contínua, conforme indicado no Despacho n.º 4595/2015 de 6 de maio.

Questionário de avaliação preenchido pelos formandos e formadores.

Relatório dos formadores.

Bibliografia fundamental

- Bronfenbrenner, U. (2005). Making Human Beings: Bioecological Perspectives on Human Development. The Bioecological Theory of Human Development. Sage.
- Buffum, A., Mattos, M., & Weber, C. (2009). Pyramid response to intervention: RTI, professional learning communities, and how to respond when kids don't learn. Bloomington, IN: Solution Tree.
- Burns, M. K., & Gibbons, K. A. (2008). Implementing response-to-intervention in elementary and secondary schools: Procedures to assure scientific-based practices. New York: Routledge/Taylor & Francis Group.
- Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por Portugal, Resolução da AR n.º20/90 de 12 de setembro.
- Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ONU, Resolução AR n.º56/2009, 30 de julho e Protocolo Opcional, Resolução AR n.º57/2009, 30 de julho.

-
- Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994;- Decreto- Lei, Educação Inclusiva, 2017;
 - Diferenciação Curricular e Necessidades Educativas Especiais. In: Sim-Sim, I. (org.) Necessidades Educativas Especiais: Dificuldades das Crianças ou da Escola? Lisboa: Texto Editora.
 - Formação de Professores para a Inclusão na Europa - Desafios e Oportunidades. European Agency for Development in Special Needs education (EADSNE), 2011;
 - Formação de professores para a inclusão- Perfil de Professores Inclusivos. European Agency for Development in Special Needs education (EADSNE), 2012;
 - ;- Índice para a inclusão - Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola- Madureira, I. & Leite, T. (2003). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Universidade Aberta.
 - Leite, T. (2005).- WARNOCK, H.M. (1978). Report of The Committee of Enquiry into the Education of Handicapped Children and Young People. London: Her Majesty's Stationery office. Booth, T. & Ainscow, M., 2002 - versão portuguesa produzida pela Cidadãos do Mundo-Necessidades Especiais de Educação.
 - Parceria entre a Escola e o CRI: Uma Estratégia para a Inclusão, (2015), DGE.